

Determinantes da Participação dos Beneficiários no Programa do Rendimento Mínimo Garantido no Mercado de Trabalho

Mário Fortuna Sandra Dias Faria José Cabral Vieira

António Gomes de Menezes*

Universidade dos Açores e CEEAplA

Maio, 2005

Abstract

We present micro econometric evidence on the determinants of the probability that beneficiaries of the Minimum Guaranteed Income (GMI) participate in market production or home production. We use a micro data set which covers all the beneficiaries of the MGI, up to 2001, for the Portuguese Region with the highest incidence of this program, namely, the Azores. We find striking differences between women's and men's behaviour with respect to labour market participation decisions, with women heavily specialized in home production and men in market production. The probability of participating decreases with income support. Moreover, there are several aspects of household demographics that matter to female participation decisions. Therefore, policies designed to promote female labour supply should not be of the type *one size fits all* and must improve the terms of trade between home production and market production for women.

* Mário Fortuna: Professor Catedrático. Sandra Dias Faria: Assistente Convidada. José Cabral Vieira: Professor Auxiliar. António Gomes de Menezes: Professor Auxiliar. Universidade dos Açores, Departamento de Economia e Gestão, Rua da Mãe de Deus, 9501-801 Ponta Delgada. Autor correspondente: António Gomes de Menezes, e-mail: menezesa@notes.uac.pt.

1. Introdução

Os programas de apoio ao rendimento, como o programa do Rendimento Mínimo Garantido (RMG), consistem na atribuição de um benefício não contributivo, capaz de colmatar o hiato entre o rendimento do beneficiário e o limiar de rendimento mínimo. Estes programas corporizam ações de solidariedade social, através de mecanismos de redistribuição do rendimento capazes de aliviar as desigualdades mais evidentes, garantindo, assim, a defesa da dignidade humana e a coesão social, sendo, na sua essência, um seguro para os mais desfavorecidos. Para o efeito, estes programas regem-se por uma filosofia de direito/dever, os quais traduzem-se na combinação do direito de receber o benefício e o dever de integração social, preferencialmente, pela participação no mercado de trabalho.

Porém, a implementação do RMG produz, porventura, um efeito perverso sobre os seus beneficiários: desincentiva a participação no mercado do trabalho. A actualidade deste tema explica-se pela generosidade dos programas de apoio ao rendimento nas sociedades ocidentais contemporâneas, em geral, e na Europa, em particular, o que tem motivado um continuado interesse sobre este tema por parte de diversos investigadores, como Moffit (1992, 2002) e Pissarides et al. (2004).

Contudo, no que respeita a Portugal pouco se sabe sobre o assunto, do ponto de vista empírico. De facto, não conhecemos trabalho algum que estude as questões que analisamos no presente documento e que caracterizamos de seguida.

Este trabalho contribui, pois, para colmatar esta lacuna. Para tal, estimamos os determinantes da probabilidade dos beneficiários do RMG participarem no mercado de trabalho e os determinantes da probabilidade das mulheres beneficiárias do RMG se encontrarem empregadas, desempregadas ou em produção doméstica (*home production* na literatura anglo-saxónica), com recurso a modelos probit e logit multinomial. Recorremos a uma base de micro dados que cobre, de forma exaustiva, os beneficiários do RMG na Região do País onde este programa mais incidiu: os Açores.

Este trabalho atribui particular atenção ao caso das mulheres beneficiárias. Como documentam Pissarides et al. (2003), Garibaldi e Wasmeer (2003) e Merz (2003), entre outros, a oferta de trabalho feminino no Sul da Europa compara desfavoravelmente com o Norte da Europa e com os países de tradição anglo-saxónica. Portugal, em geral, e os Açores, em particular, não fogem a esta regra. Por conseguinte, é importante que analisemos empiricamente o impacto do RMG no comportamento das mulheres beneficiárias perante o mercado de trabalho, com vista a, por um lado, compreensão dos

efeitos globais do RMG e, por outro, a um melhor entendimento dos factores explicativos da performance da oferta de trabalho feminina.

Os resultados revelam que o comportamento dos homens beneficiários do RMG é distinto do comportamento das mulheres beneficiárias e que a probabilidade dos beneficiários participarem no mercado de trabalho diminui com a prestação do RMG. Este último resultado sugere, pois, que o programa do RMG surte um efeito indesejado pelo legislador, nomeadamente, o desincentivo à participação no mercado de trabalho.

Os resultados confirmam uma elevada especialização das mulheres beneficiárias na produção doméstica. Por conseguinte, acções que visem promover a participação destas mulheres no mercado de trabalho deverão almejar uma melhoria dos termos de troca entre produção doméstica e produção de mercado.

A educação dos beneficiários apresenta um interessante efeito positivo na probabilidade destes participarem no mercado de trabalho, o que promove, por esta via, o retorno de investir-se em capital humano.

De referir, ainda, que os resultados sugerem que há toda uma panóplia de características demográficas e sociais, relativas aos beneficiários e respectivos agregados, com importante poder explicativo sobre o comportamento dos beneficiários perante o mercado de trabalho. Por conseguinte, a eficácia das acções de inserção laboral depende da consideração desta riqueza informativa, nunca podendo ser do tipo *one policy fits all*.

Este trabalho está organizado da seguinte forma. A secção 2 caracteriza o programa RMG em Portugal e na Região Autónoma dos Açores. A secção 3 contém a análise empírica. Finalmente, a secção 4 apresenta as conclusões.

2. O Programa do RMG em Portugal e nos Açores

2.1. Breve história do RMG em Portugal

O RMG surge em Portugal no ano de 1997, após um ano de fase experimental. Este programa de apoio ao rendimento resulta de recomendações da UE no sentido de se garantir a coesão social, que considera que todos os indivíduos têm direito a um nível mínimo de rendimento.

Dando corpo às recomendações comunitárias, estabelecidas nesse sentido, foi publicada, em 29 de Junho de 1996, a Lei n.º19-A/96, que cria o RMG, através da instituição de uma prestação do rendimento não contributiva da Segurança Social, acompanhada de um programa de inserção para o beneficiário.

Esta nova política social tem uma visão própria no que concerne ao tratamento da exclusão social. O Instituto para o Desenvolvimento Social (2002), refere três alterações introduzidas por esta nova política face às políticas tradicionais.

Em primeiro lugar, o RMG garante a subsistência de todos os que não têm recursos, quer tenham ou não contribuído para o sistema de segurança social. Em segundo lugar, o direito de receber a prestação é acompanhado pelo dever, por parte dos indivíduos/famílias, de re-inserção social e/ou profissional, sendo estipulado um acordo de inserção. Por último, assiste-se a uma territorialização das políticas de protecção social e a um alargamento da base de responsabilidade colectiva no que respeita a encontrar e accionar recursos face à exclusão social.

Em complemento, a Lei acima referida traçou as linhas mestras da medida, nomeadamente, no que diz respeito às condições gerais de atribuição, ao valor de rendimento mínimo, às competências dos órgãos envolvidos e aos programas de inserção. Pelo que, a prestação, de natureza pecuniária, montante variável e carácter temporário, foi indexada ao valor da pensão social do regime não contributivo da Segurança Social, sendo estabelecidas, no art. 8º, as seguintes percentagens: por cada indivíduo maior, até ao segundo, 100% do montante da pensão social; por cada indivíduo maior, a partir do terceiro, 70% do montante da pensão social; por cada indivíduo menor, 50% do montante da pensão social. De referir, ainda, que 80% do rendimento proveniente do trabalho é considerado no cálculo da prestação, o que sugere uma significativa redução do preço do lazer.

Para além do cariz diferencial, esta prestação reveste-se de carácter temporário, dado apoiar indivíduos ou agregados familiares em situação de grave carência económica, mas tendo como objectivo final desenvolver a autonomização dos mesmos. O sucesso da política passa, pois, pela promoção da saída dos beneficiários do programa, preferencialmente pela participação no mercado de trabalho, o que se estuda no presente trabalho.

2.2. Os Beneficiários do RMG nos Açores

Nesta secção descrevemos a evolução da incidência do RMG nos Açores, bem como as principais características dos beneficiários do RMG nesta Região.

A Região Autónoma dos Açores é uma das regiões com maior percentagem de beneficiários no território nacional. Segundo Fortuna et al. (2003), no final do ano 2000 os Açores destacaram-se do resto do país, com 11% da população abrangida pelo RMG,

enquanto que a média nacional era de apenas de cerca de 3%. Como os Açores são uma das regiões mais pobres de Portugal, é fácil compreender a dimensão deste programa no arquipélago dos Açores.

Avaliamos, de seguida, a evolução dos beneficiários do RMG nesta região. Note-se, contudo, que o ano de 1997, por ser o primeiro ano em que a medida foi implementada, terá de ser analisado com cuidado, isto porque o sistema de recolha e tratamento de dados não funcionou em pleno neste ano, pois só teve início em Junho deste ano. De seguida, apresenta-se a distribuição dos beneficiários do RMG e respectivas incidências por ilhas Açorianas:

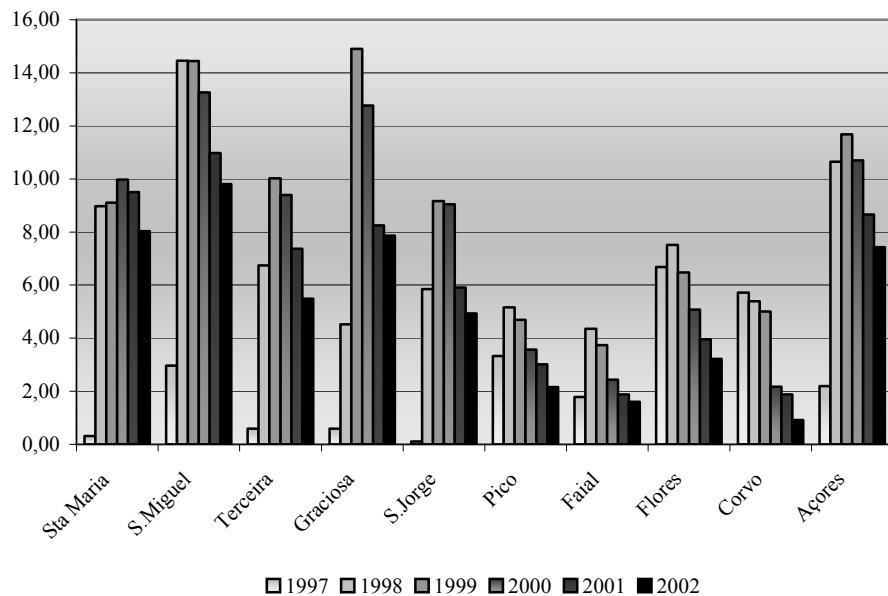


Figura 1: Evolução dos Beneficiários por Ilhas dos Açores (fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores e Instituto de Acção Social dos Açores)

Tabela 1: Distribuição dos beneficiários por ilhas e proporção face à população residente na R.A.A.

<i>Ilha</i>	<i>População Residente</i>	<i>N.º Beneficiários</i>	<i>%Face à Pop. Residente</i>	<i>% Face ao total de beneficiários</i>
<i>São Miguel</i>	131 510	13 827	10,51	68,55
<i>Santa Maria</i>	5 628	516	9,17	2,56
<i>Graciosa</i>	4 770	382	8,01	1,89
<i>Terceira</i>	55 794	4 020	7,21	19,93
<i>São Jorge</i>	9 681	560	5,78	2,78
<i>Flores e Corvo</i>	4 410	153	3,47	0,76
<i>Pico</i>	14 804	432	2,92	2,14
<i>Faial</i>	15 476	282	1,82	1,40
<i>Açores</i>	242 073	20 172	8,30	100

Fonte: Instituto de Acção Social – Açores, (2003)

De destacar um incremento do número de beneficiários até 1999, nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa e São Jorge, assim, como no todo do arquipélago. Nas restantes ilhas, a tendência crescente registou-se apenas até 1998, decrescendo progressivamente nos restantes anos.

No conjunto das nove ilhas açorianas destacam-se as ilhas de São Miguel e Terceira com as maiores populações de beneficiários, à semelhança do que sucede em termos de população absoluta.

Quando analisada a evolução da percentagem de beneficiários açorianos face ao total da população, verifica-se uma disposição crescente no primeiro ano, no segundo ano, e em algumas ilhas, no terceiro ano, havendo decréscimos, por vezes, significativos, nos anos posteriores. Esta evolução crescente durante os primeiros anos poderá denotar familiaridade crescente dos potenciais beneficiários relativamente ao programa.

Em regra, os beneficiários apresentam baixa escolaridade e quando se empregam fazem-no em profissões pouco qualificadas, em regimes laborais precários.

De acordo com o Instituto de Acção Social dos Açores (2003), dos beneficiários que até Dezembro de 2001 já haviam terminado o seu percurso escolar, apenas 81% concluí o 1º ciclo do ensino básico e cerca de 15% completou entre o 2º e o 3º ciclos do ensino básico. Do total de beneficiários, 18% têm contrato a termo certo e 36% trabalham ao

dia. Esta última categoria tem maior significado entre as mulheres e revela a forte precariedade do vínculo entre beneficiários e a entidade patronal.

Observamos uma significativa dispersão dos rendimentos dos beneficiários. De salientar que o RMG dirige-se não apenas a quem tem baixos rendimentos em termos absolutos, mas também a quem tem baixos rendimentos dada a dimensão da respectiva família. Segundo o Instituto de Acção Social dos Açores (2003), 41% dos rendimentos mensais dos agregados familiares são provenientes do trabalho e 22,5% de pensões.

3. Determinantes da Participação dos Beneficiários do RMG no Mercado de Trabalho nos Açores

3.1. Questões, Modelos e Variáveis

Tendo como alvo os beneficiários do RMG da Região Açores, o presente trabalho analisa a participação ou não participação dos beneficiários no mercado de trabalho. Este problema foi decomposto e tornado operacional através da formulação de duas questões.

A primeira questão prende-se com a estimação dos determinantes da probabilidade do beneficiário do RMG participar ou não no mercado de trabalho. Para tal, empregou-se um Modelo Probit.

A segunda questão relaciona-se com a probabilidade das mulheres beneficiárias encontrarem-se em um dos três estados: empregadas, desempregadas e domésticas (*home production*). Aqui, empregou-se o Modelo Logit Multinomial.

O estudo empírico utilizou as seguintes variáveis explicativas: a educação do beneficiário (o 1º ciclo ou nível inferior a este é a categoria de referência); a idade do beneficiário; se o estado civil do beneficiário é casado ou união de facto (em que as restantes situações são a categoria de referência); se a família do beneficiário é monoparental (a categoria de referência é "restantes tipos de famílias"); o número de pessoas no agregado; o número de filhos do beneficiário; o número de menores no agregado; o número de estudantes no agregado; o número de pensionistas no agregado; se o agregado possui viatura própria; se o agregado vive em casa própria; o valor per capita da prestação e a ilha de residência (a ilha de referência é São Miguel).

3.2. Participação dos Beneficiários no Mercado de Trabalho: Modelo Probit

Este é um modelo com variável explicada limitada que toma os valores 0 ou 1. Considere a propensão para o indivíduo i participar no mercado de trabalho Y_i^* , determinada de acordo com a expressão:

$$Y_i^* = \alpha' X_i + \nu_i, i = 1, \dots, N$$

em que α é um vector de parâmetros a estimar, X_i é um conjunto de variáveis explicativas que dizem respeito ao indivíduo i e ν_i é um erro estocástico. Há N indivíduos na amostra. Contudo, não se observa Y_i^* mas sim Y_i que se relaciona com Y_i^* da seguinte forma:

$$Y_i = \begin{cases} 1 & \text{se } Y_i^* > 0 \\ 0 & \text{se } Y_i^* \leq 0 \end{cases}$$

com $Y_i^* = 1$ se o indivíduo i trabalha e 0 se não trabalha.

Assumindo que a componente estocástica ν é $N(0,1)$ podemos escrever a probabilidade do indivíduo trabalhar ou não trabalhar como função de α , X_i e da *c.d.f.* de ν , representada por Φ , da seguinte forma:

$$\begin{aligned} P(Y_i = 1) &= P(Y_i^* > 0) = P(\nu_i > -\alpha' X_i) = 1 - \Phi(-\alpha' X_i) \\ P(Y_i = 0) &= P(Y_i^* \leq 0) = 1 - P(Y_i^* > 0) = \Phi(-\alpha' X_i) \end{aligned}$$

Os efeitos marginais nestas probabilidades dum a variação unitária numa variável explicativa X_f são dados por:

$$\begin{aligned} \frac{\partial P(Y_i = 1)}{\partial X_{f,i}} &= \phi(-\alpha' X_i) \alpha_f \\ \frac{\partial P(Y_i = 0)}{\partial X_{f,i}} &= -\phi(-\alpha' X_i) \alpha_f \end{aligned}$$

em que $\varphi(\cdot) = d\Phi(\cdot)$.

Para o caso de variáveis dummy, os efeitos marginais são dados pela fórmula $\Delta = P(I = j | d = 1) - P(I = j | d = 0)$, $j = 0, 1$.

A estimação é feita pela maximização da seguinte função máxima verosimilhança (após aplicação de logaritmos):

$$\text{Log}L = \sum_{i=1}^N \left\{ (1 - Y_i) \ln(1 - \Phi(\alpha' X_i)) + Y_i \ln(\Phi(\alpha' X_i)) \right\}$$

A estimação foi feita com recurso ao programa Limdep v7.0.

3.3. As Mulheres Beneficiárias e o Mercado de Trabalho: Modelo Logit Multinomial

A questão da participação das mulheres no mercado de trabalho merece atenção especial. Consideram-se três estados possíveis, empiricamente importantes: empregada, desempregada e doméstica (*home production*).

Seja Y_{ij} a propensão não observada da mulher i estar no estado j , com $j = 0$ se empregada, $j = 1$ se desempregada e $j = 2$ se doméstica. Assume-se que Y_{ij} é uma função linear das características individuais e de uma componente aleatória ε_{ij} , de distribuição logit. Ou seja:

$$Y_{ij} = \beta_j^i X_i + \varepsilon_{ij}$$

onde X_i é um vector de variáveis explicativas referentes à mulher i e β_j um vector de parâmetros a estimar.

Neste modelo a probabilidade da beneficiária i se encontrar no estado j é dada por:

$$P(N_i = j) = \frac{e^{(\beta_j^i X_i)}}{\sum_{k=0}^2 e^{(\beta_k^i X_i)}}, \quad i = 1, \dots, N \text{ e } k = 0, 1, 2$$

Como forma de identificar os parâmetros do modelo, é imposta a restrição de que $\beta_0 = 0$ (categoria de referência). O modelo foi estimado através do método de máxima verossimilhança, com o programa Limdep v7.0.

3.4. Dados

Os dados foram fornecidos pelo Instituto de Acção Social dos Açores. A fonte primária dos dados são as Fichas do Processo Familiar, preenchidas pelos beneficiários titulares do RMG. A base de dados contém 20 172 observações, o que corresponde ao número de beneficiários do RMG nos Açores até Dezembro de 2001. Segundo a Comissão Nacional de Rendimento Mínimo Garantido, este número corresponde a 6,5% do universo de beneficiários do território nacional, sendo os Açores a quarta região do país com mais beneficiários em termos absolutos e a primeira em termos relativos.

De acordo com o Instituto de Acção Social dos Açores (2003), até Dezembro de 2001, o peso total dos beneficiários do RMG no total da população residente no território nacional situa-se, em termos médios anuais, em 3,4%, enquanto que na Região Autónoma dos Açores este valor ascende aos 8,3%, sendo, portanto, revelador da dimensão do programa nos Açores.

A base original foi sujeita a um tratamento, em que se eliminaram algumas observações por razões de incongruência ou por falta de informação necessária para a realização do estudo. Os dados eliminados representam 5,75% da base de dados original, ficando a mesma reduzida, portanto, a 19 013 indivíduos, agrupados em 7 868 agregados.

Após o tratamento da base de dados, procedeu-se à selecção da amostra. Naturalmente, retemos na amostra apenas os beneficiários potencialmente activos no mercado de trabalho.

Por conseguinte, retirou-se da base de dados todos os beneficiários que apresentam as seguintes ocupações: pensionistas, estudantes e serviço militar obrigatório, ficando-se, apenas, na amostra com os beneficiários trabalhadores, desempregados e domésticas, com idades entre os 16 e os 65 anos.

Note-se que alguns agregados foram excluídos da amostra, por não haver nenhum elemento nestes agregados nas condições descritas anteriormente, como é o caso de agregados formados por pensionistas.

De referir que a população feminina representa 59,6% da amostra final, sendo, naturalmente, a população masculina representativa de 40,4% da mesma.

A idade média dos beneficiários é de 39 anos, com desvio padrão de 11,4 anos, sem diferenças de registo entre homens e mulheres. Contudo, no que respeita à ocupação, a discrepância existente entre os sexos é bastante mais significativa: 85,76% dos homens trabalham enquanto que apenas 18,1% das mulheres trabalham.

A maioria das mulheres são domésticas (66,65%). Das restantes mulheres que participam no mercado de trabalho, 18,10%, como referido acima, trabalham e 15,25% encontram-se desempregadas.

A grande maioria dos beneficiários são casados ou vivem em união de facto (75,4%). Os restantes beneficiários são solteiros, divorciados/separados ou viúvos e representam, no seu conjunto, 24,6% do total da amostra.

O analfabetismo atinge 27,7% dos beneficiários (28,03% dos homens e 27,47% das mulheres). Do total de beneficiários, 52,15% têm o primeiro ciclo (53,52% para os homens e 51,23% para as mulheres), enquanto que 14,86% dos beneficiários concluíram o segundo ciclo (13,61% para os homens e 15,70% para as mulheres). Apenas 2,68% dos beneficiários concluíram o terceiro ciclo (2,29% dos homens e 2,95% das mulheres). Muito poucos beneficiários concluíram o ensino secundário: 0,45% (0,37% dos homens e 0,50% das mulheres). De referir, ainda, que 2,16% dos beneficiários concluíram "outros níveis de ensino", tais como: cursos profissionais de nível 1, 2 e 3 e ensino superior.

Quanto a indicadores de riqueza, temos que apenas 3,86% dos beneficiários possuem viatura própria (4,46% dos homens e 3,45% das mulheres). No entanto, 46,89% dos beneficiários vivem em habitação própria (47,18% dos homens e 46,7% das mulheres).

O valor *per capita* da prestação é de 36,71 euros para o total dos beneficiários (34,99 euros para os homens e 37,87 euros para as mulheres), com um desvio padrão de 26,39 euros.

Apenas 4,93% do total dos beneficiários vivem em famílias monoparentais. Esta situação de monoparentalidade é mais frequente entre as mulheres, já que 8% das mulheres vivem em famílias monoparentais enquanto que apenas 0,37% dos homens vivem em famílias deste tipo.

A média do número de elementos presentes no agregado é de 5,08 elementos, com um desvio padrão de 2,52 elementos. Os agregados têm, em média, 2,5 filhos. A média do número de menores no agregado é de 2,15 menores por agregado. Quanto ao número

de estudantes no agregado, a sua média é de 1,6 elementos por agregado. No que se refere ao número de pensionistas, regista-se uma média de 0,13 elementos por agregado.

3.5. Análise de Resultados

3.5.1. Modelo Probit

Com o Modelo Probit analisamos a probabilidade dos beneficiários participarem ou não no mercado de trabalho. São analisados três grupos, separadamente: a totalidade dos beneficiários; os homens e as mulheres, com vista a distinguir comportamentos por género. As Tabelas 2, 3 e 4 sintetizam, da forma usual, os resultados que comentamos de seguida.

Tabela 2: Probit Homens e Mulheres

	coeficiente	erro padrão
constante	-0,3839	0,1209*
educação = primeiro ciclo	0,1597	0,0466*
educação = segundo ciclo	0,0847	0,0650
educação = terceiro ciclo	0,2015	0,1196***
educação = ensino secundário	0,2647	0,2597
Educação = outros ensinos	-0,0375	0,1355
homem	2,1164	0,0416*
idade	-0,0032	0,0022
casado/união de facto	-0,0093	0,0507
família monoparental	0,6954	0,0821*
n.º pessoas no agregado	-0,0857	0,0123*
n.º de filhos	0,0178	0,0304
n.º de menores no agregado	0,0270	0,0299
n.º de estudantes no agregado	0,1244	0,0250*
n.º pensionistas no agregado	-0,3486	0,0604*
agregado possui viatura	0,2362	0,1011**
agregado vive em casa própria	-0,0195	0,0405
valor <i>per capita</i> da prestação	-0,0126	0,0008*
Terceira	0,2043	0,0491*
Faial	-0,2164	0,1663
Pico	0,3716	0,1334*
S. Jorge	0,0371	0,1142
Graciosa	0,0673	0,1380
S. Maria	-0,0893	0,1340
Flores/Corvo	-0,3020	0,2076
Log-L	-2743	
Log-L ₀ (declives = 0)	-4624	
Qui-quadrado	3761	
# observações	6711	
* significativo a 1%	** significativo a 5%	*** significativo a 10%

Tabela 3: Probit Homens

	coeficiente	erro padrão
constante	1,8106	0,2023*
educação = primeiro ciclo	-0,0367	0,0830
educação = segundo ciclo	-0,2939	0,1153**
educação = terceiro ciclo	-0,0714	0,2186
educação = ensino secundário	-0,1669	0,4253
educação = outros ensinos	-0,4866	0,2044**
idade	-0,0159	0,0038*
casado/união de facto	0,7762	0,0972*
família monoparental	0,0714	0,4327
n.º pessoas no agregado	-0,0798	0,0204*
n.º de filhos	-0,0093	0,0502
n.º de menores no agregado	0,2209	0,0509*
n.º de estudantes no agregado	0,0075	0,0453
n.º pensionistas no agregado	-0,2779	0,1098**
agregado possui viatura	0,1574	0,2107
agregado vive em casa própria	0,1914	0,0731*
valor <i>per capita</i> da prestação	-0,0179	0,0014*
Terceira	-0,0099	0,0874
Faial	-0,1071	0,2859
Pico	0,5846	0,2958**
S. Jorge	0,2107	0,2224
Graciosa	0,9055	0,3828**
S. Maria	-0,1448	0,2242
Flores/Corvo	0,1790	0,3831
Log-L	-815	
Log-L ₀ (declive = 0)	-1110	
Qui-quadrado	589	
# observações	2711	
* significativo a 1%	** significativo a 5%	*** significativo a 10%

Tabela 4: Probit Mulheres

	coeficiente	erro padrão
Constante	-0,0479	0,1669
educação = primeiro ciclo	0,2479	0,0632*
educação = segundo ciclo	0,2665	0,0841*
educação = terceiro ciclo	0,3576	0,1433**
educação = ensino secundário	0,3408	0,3168
educação = outros ensinos	0,2454	0,1781
idade	-0,0070	0,0029**
casado/união de facto	-0,3562	0,0604*
família monoparental	0,4640	0,0843*
n.º pessoas no agregado	-0,1073	0,0180*
n.º de filhos	0,0299	0,0407
n.º de menores no agregado	-0,1238	0,0393*
n.º de estudantes no agregado	0,2330	0,0336*
n.º pensionistas no agregado	-0,2427	0,0790*
agregado possui viatura	0,2595	0,1219**
agregado vive em casa própria	-0,0971	0,0520***
valor <i>per capita</i> da prestação	-0,0078	0,0010*
Terceira	0,3893	0,0600*
Faial	-0,2309	0,2177
Pico	0,3728	0,1529**
S. Jorge	0,0551	0,1419
Graciosa	-0,0834	0,1745
S. Maria	-0,0667	0,1677
Flores/Corvo	-0,7167	0,3350**
Log-L	-1703	
Log-L ₀ (declive = 0)	-1892	
Qui-quadrado	377	
# observações	4000	
* significativo a 1%	** significativo a 5%	*** significativo a 10%

A educação do beneficiário influencia a probabilidade deste participar no mercado de trabalho. No entanto, este efeito depende do género do beneficiário. Para os homens beneficiários, o facto destes terem um nível de educação superior ou igual ao 1º ciclo diminui a probabilidade de estarem a trabalhar, esta mesma situação aumenta a probabilidade das mulheres beneficiárias se encontrarem a trabalhar.

O facto do beneficiário ser homem traduz-se numa maior probabilidade de estar a trabalhar. Este resultado apresenta elevada significância estatística (a 1%).

Quanto mais velho for o beneficiário, menor a probabilidade de estar a trabalhar. Este resultado é válido para todos os casos. Importa referir que, enquanto que, para o total dos beneficiários esta variável não é estatisticamente significativa, para os homens é estatisticamente significativa a 1% e para as mulheres a 5%.

O facto de ser casado ou de viver em união de facto resulta numa menor probabilidade do beneficiário estar a trabalhar, isto quando analisamos o todo dos beneficiários. Contudo, este resultado não é estatisticamente significativo. Quando tidos em conta apenas os homens, o resultado inverte-se. O facto de um homem ser casado ou de viver em união de facto faz com que a probabilidade de participar no mercado de trabalho aumente, com um grau de significância estatística de 1%. Mas, no caso das mulheres, o facto de estar casada ou de viver em união de facto conduz a uma menor probabilidade de estar a trabalhar, o que sugere que estar nesta circunstância associa-se, tudo o resto constante, a um maior benefício da mulher encontrar-se em *home production*. Este resultado, diferenciado por género, sugere, ainda, uma forte especialização da mulher em *home production* e do homem em *market production*.

O facto do beneficiário se inserir numa família monoparental, e não nouro tipo de família, aumenta a probabilidade de estar a trabalhar. Este resultado é comum para o total dos beneficiários, para os homens ou para as mulheres, quando analisados individualmente.

Em todos os casos, quanto maior o número de pessoas presentes no agregado, menor a probabilidade do beneficiário estar a trabalhar, com elevada significância estatística (a 1%). Este resultado suporta, naturalmente, a noção que o benefício retirado em se estar em *home production* aumenta com a dimensão do agregado.

O número de filhos no agregado não influi de forma estatisticamente significativa na probabilidade dos beneficiários participarem no mercado de trabalho. No entanto, o número de menores no agregado influencia positivamente a probabilidade do beneficiário estar a trabalhar. Contudo, existem diferenças, a este respeito, entre homens

e mulheres. Quanto aos homens, mantém-se esta associação positiva. No que diz respeito às mulheres, quanto maior o número de menores no agregado, menor a probabilidade da mulher estar a trabalhar. Estes resultados são estaticamente significativos a 1% e sugerem, mais uma vez, uma elevada especialização entre homens e mulheres e não complementaridade entre eles em *home production*.

O número de estudantes presentes no agregado aumenta a probabilidade dos beneficiários estarem a trabalhar, embora não de forma estatisticamente significativa no caso dos homens. Este resultado pode dever-se ao facto da propensão dos familiares para estudar estar correlacionada com alguma característica não observada no beneficiário a qual aumenta a propensão deste em participar no mercado de trabalho, como é o caso da ética social e do sentido de responsabilidade, porventura comum a todos os membros da família.

O número de pensionistas presentes no agregado diminui a probabilidade dos beneficiários estarem a trabalhar. Esta variável é significativa a 1% para o total da amostra e para as mulheres, e a 5% para os homens.

A posse de viatura própria aumenta a probabilidade dos beneficiários estarem a trabalhar. Esta variável é estatisticamente significativa a 5% para o total da amostra e para as mulheres, mas estatisticamente não significativa para os homens.

A posse de habitação própria diminui a probabilidade dos beneficiários estarem a trabalhar, para o total da amostra e para as mulheres. Todavia, no que concerne aos homens constata-se exactamente o contrário; o facto de viverem em casa própria aumenta a probabilidade de participar no mercado de trabalho.

Quanto maior o valor da prestação per capita, menor a probabilidade dos beneficiários trabalharem. Este resultado é estatisticamente significativo a 1% para todos os casos.

3.5.2. Modelo Logit Multinomial

O Modelo Logit Multinomial analisa a probabilidade das mulheres beneficiárias se encontrarem em um dos seguintes três estados: empregadas; desempregadas ou domésticas (sendo a categoria de referência empregadas). A Tabela 6 sintetiza os resultados de seguida sumariados.

Tabela 5: Logit Multinomial Mulheres

	Desempregada		Doméstica	
	coeficiente	erro padrão	coeficiente	erro padrão
Constante	-0,1425	0,3779	-0,9597	0.3142*
educação = primeiro ciclo	-0,1757	0,1604	-0,4917	0.1190*
educação = segundo ciclo	0,0295	0,1942	-0,6254	0.1564*
educação = terceiro ciclo	0,2397	0,2872	-1,1991	0.2819*
educação = ensino secundário	0,3123	0,5398	-2,4580	0.8831*
educação = outros ensinos	0,1393	0,3929	-0,6217	0.3323***
idade	-0,0334	0,0067*	0,0281	0.0053*
casado/união de facto	0,0168	0,1347	0,8869	0.1108*
família monoparental	-0,3307	0,1751***	-0,9790	0.1579*
n.º pessoas no agregado	0,2237	0,0409*	0,1929	0.0363*
n.º de filhos	-0,0536	0,0950	-0,0474	0.0773
n.º de menores no agregado	-0,0467	0,0928	0,3064	0.0735*
n.º de estudantes no agregado	-0,2273	0,0808*	-0,4827	0.0634*
n.º pensionistas no agregado	0,2136	0,2016	0,3582	0.1524**
agregado possui viatura	-0,2667	0,2921	-0,4312	0.2180**
agregado vive em casa própria	-0,0485	0,1246	0,2125	0.0962**
valor <i>per capita</i> da prestação	0,0198	0,0024*	0,0121	0.0020*
Terceira	-0,1770	0,1373	-0,8506	0.1103*
Faial	1,2766	0,4466*	0,0453	0.4319
Pico	-0,2471	0,3396	-0,8024	0.2753*
S. Jorge	0,0639	0,3416	-0,1357	0.2623
Graciosa	-1,0867	0,6515***	0,2790	0.3181
S. Maria	-0,1063	0,4003	0,2319	0.3087
Flores/Corvo	1,3259	0,8053***	1,6146	0.7525**
Log-L		-2965		
Log-L ₀ (declive = 0)		-3466		
Qui-quadrado		1003		
# observações		4000		
* significativo a 1%	** significativo a 5%		*** significativo a 10%	

Quanto maior a educação, menor a probabilidade da mulher ser doméstica e maior a probabilidade de ser empregada.

Quanto mais idosa a mulher, menor a probabilidade de estar desempregada e maior a probabilidade de estar empregada. O mesmo não acontece com as domésticas, pois quanto maior a idade, maior a probabilidade da mulher ser doméstica do que se encontrar no mercado de trabalho.

O facto da mulher ser casada ou viver em união de facto não é significativo para diferenciar entre uma mulher se encontrar desempregada ou empregada. No entanto, este mesmo facto dita uma maior probabilidade da mulher ser doméstica do que estar a trabalhar.

A inserção da mulher em famílias monoparentais incrementa a probabilidade de estar empregada do que desempregada ou de ser doméstica.

A dimensão do agregado aumenta a probabilidade da mulher estar desempregada do que estar empregada e aumenta a probabilidade da mulher ser doméstica do que estar a trabalhar. O número de menores no agregado não serve para distinguir entre estar a trabalhar ou estar desempregada. Porém, é determinante para o facto da mulher ser doméstica: quanto maior o número de menores presentes no agregado, maior a probabilidade de ser doméstica relativamente a estar a trabalhar. Quanto maior o número de estudantes presentes no agregado, menor a probabilidade da mulher estar desempregada ou de ser doméstica, relativamente à situação de estar empregada. Por fim, o número de pensionistas no agregado não distingue entre estar desempregada ou estar empregada. No entanto, é determinante no facto da mulher ser doméstica, sendo que quanto maior o número de pensionistas no agregado, maior a probabilidade da mulher se encontrar nesta situação em vez de estar empregada. É de referir, ainda, que o número de filhos no agregado não é estatisticamente significativo para determinar se a mulher está desempregada ou se é doméstica, relativamente a estar empregada, tal como no modelo probit. Deste modo, os indicadores demográficos: número de menores; número de pensionistas e a dimensão absoluta do agregado, aparentemente, têm mais conteúdo explicativo.

Os indicadores de riqueza viatura própria e habitação própria não explicam de forma estatisticamente significativa a probabilidade da mulher estar desempregada ou estar empregada. Todavia, estes indicadores de riqueza traduzem ideias diferentes no caso da mulher ser doméstica. Assim, o facto do agregado possuir viatura denota uma menor probabilidade da mulher ser doméstica, tendo como referência a situação de estar

empregada. O facto do agregado viver em casa própria aumenta a probabilidade da mulher ser doméstica relativamente a ser empregada.

O valor per capita da prestação aumenta a probabilidade da mulher encontrar-se quer na situação de desempregada, quer na situação de doméstica, relativamente à situação de encontrar-se empregada. Mais uma vez, encontramos, pois, indícios de existir algum desincentivo ao trabalho associado com a prestação do RMG.

4. Conclusões

As políticas sociais, como é o caso do RMG, têm, na base da sua existência, o objectivo de proporcionar melhores condições de vida a indivíduos desfavorecidos económica e socialmente e, ainda, tornar possível a auto-suficiência dos mesmos pela sua inserção social e participação no mercado de trabalho.

Embora seja este o objectivo inicial deste tipo de políticas, os efeitos que estas produzem nem sempre são desejados pelos legisladores, podendo, porventura, desincentivar a oferta de trabalho. Importa, pois, analisar empiricamente estes efeitos, para que tenhamos uma percepção válida dos efeitos globais do RMG na nossa sociedade.

Assim, e perante a escassez de trabalhos nesta área em Portugal, este trabalho estimou os determinantes da probabilidade dos beneficiários do RMG participarem ou não no mercado de trabalho e os determinantes da probabilidade das mulheres beneficiárias do RMG se encontrarem empregadas, desempregadas ou no sector doméstico (*home production*).

Para tal utilizaram-se dados fornecidos pelo Instituto de Acção Social, sobre os beneficiários e respectivos agregados do RMG que participaram neste programa até Dezembro de 2001, nos Açores - a Região do País, onde o RMG se fez sentir mais intensamente.

A riqueza da informação dos dados individuais disponíveis possibilitou estimar, com recurso aos modelos micro-económicos probit e logit multionomial, o efeito de diversas dimensões de análise dos indivíduos e dos respectivos agregados nas atitudes daqueles perante o mercado de trabalho.

Os resultados obtidos demonstram importantes diferenças inter-géneros de comportamentos perante o mercado de trabalho. Por conseguinte, as acções a implementar com vista a promover a inserção social por via da participação no mercado de trabalho devem considerar estas diferenças.

De referir, ainda, que a composição do agregado apresenta significativo poder explicativo e não pode ser entendida de forma uni-dimensional. Importa distinguir entre o número de filhos, o número de menores, o número de pensionistas, o número de estudantes, a estrutura monoparental, entre outros factores caracterizadores do agregado. Perante isto, é de evitar acções de inserção do tipo *one size fits all*.

Os resultados suportam a possibilidade da promoção da participação das mulheres fazer-se às custas da educação delas, o que é salutar.

O valor da prestação diminui a probabilidade das mulheres participarem no mercado de trabalho. Este resultado deve, contudo, ser interpretado cautelosamente, dado a relação de causalidade não ser clara.

Os resultados apontam para uma clara especialização da mulher no sector da produção doméstica e do homem na produção de mercado. Os resultados sugerem uma total ausência de complementaridade entre os homens e as mulheres na produção doméstica, pois, caso esta existisse, homens e mulheres comportar-se-iam de forma semelhante, em face dum dado conjunto de características, o que não acontece.

Esta forte especialização sugere que, a par de acções tais como o investimento em educação, entre outras, a promoção da participação das mulheres beneficiárias do RMG no mercado de trabalho poderá passar por acções que visem o aumento da produtividade delas na produção doméstica (como o apoio externo a pessoas idosas no agregado) e/ou pela maior provisão a baixo custo de bens substitutos da produção doméstica (como creches e outros), que alterem os termos de troca entre produção doméstica e produção de mercado para as mulheres.

BIBLIOGRAFIA

- Fortuna, M., Cabral, J. e Sousa, J. (2003) Determinantes da Permanência no Rendimento Mínimo Garantido na Região Autónoma dos Açores, Revista Portuguesa de Estudos Regionais, 2.
- Garibaldi, P. and Wasmer, E. (2003a) Equilibrium Employment in a Model of Imperfect Labor Market, IZA DP No. 950 e IGIER WP No. 248.
- Garibaldi, P. and Wasmer, E. (2003b) Raising Female Employment: Reflexions and Policy Tools, IZA DP 951.
- Instituto de Acção Social dos Açores (2003) As novas políticas Sociais. Beneficiários do Rmg nos Açores, dos números às pessoas, Coordenação Regional do RMG, Ponta Delgada.
- Instituto para o Desenvolvimento Social (2002) Os Beneficiários RMG, Síntese e Recomendações, Avaliação de Impactes do Rendimento Mínimo Garantido, Lisboa.
- Moffitt, R. (1992) Incentive effects of the U.S. welfare system: a review, Journal of Economic Literature, Vol. XXX, 1-61.
- Moffitt, R. (2002) From Welfare to Work: What the Evidence Shows, The Brookings Institution. Welfare Reform & Beyond Brief n. ° 13.
- Pissarides, C., Garibaldi, P., Olivetti, C., Petrongolo, B. e Wasmeer, E. (2003) Women in the Labour Force: How Well is Europe Doing?, 5ª Conferência da Fundação Rodolfo Debenedetti (www.frd.org)